

# MONTEIRO LOBATO: NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE GOIÁS

Juliano Guerra Rocha<sup>1</sup>  
Gabriela Marques de Sousa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar os usos e a influência da obra de Monteiro Lobato nas práticas de alfabetização em Goiás, mais propriamente no município de Itumbiara, entre as décadas de 80 e 90, do século XX. Os métodos de pesquisa utilizados foram a história oral e análise documental e o referencial teórico sustentou-se nos estudos da história do livro, da leitura e da alfabetização.

## Considerações iniciais

O campo da história da alfabetização no Brasil vem se constituindo com pesquisas que trazem como foco, a investigação sobre as práticas e objetos para ensinar a ler e escrever em diferentes localidades (MORTATTI, 2011; FRADE, 2018).

A partir de uma busca com o termo “história da alfabetização” no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) identificamos 124 pesquisas que tratam sobre essa temática<sup>3</sup>. Buscando os locais a que elas se referem, notamos que apenas uma pesquisa diz respeito ao estado de Goiás (ABREU, 2006). Dada a escassez dessas investigações, o objetivo deste trabalho é analisar os usos e a influência da obra de Monteiro Lobato nas práticas de alfabetização no sul de Goiás, mais propriamente no município de Itumbiara, entre as décadas de 80 e 90, do século XX. A pesquisa surgiu a partir de uma consulta aos arquivos do Conselho Municipal de Educação da cidade, em que foi possível inventariar os livros solicitados nas listas de materiais expedidas pelas escolas. Logo, observamos que no período histórico pesquisado havia uma hegemonia na solicitação das obras de Monteiro Lobato, nas turmas de alfabetização, o que nos levou a ampliar a investigação entrevistando 10 alfabetizadoras itumbiarense, que atuaram entre os anos de 1980 a 1999.

Para compreender, portanto, as apropriações e usos da obra de Lobato na alfabetização de crianças goianas, nos amparamos na metodologia da história oral e da pesquisa documental.

Na pesquisa no campo da história da educação, a história oral, baseada nos pressupostos das memórias e no tratamento das narrativas dos entrevistados, possibilita a composição de um cenário em que se apresentam o momento vivido de determinada comunidade histórica, e se consideram as questões sociais presentes naquele contexto (OLIVEIRA, 2005). Isso porque as falas dos sujeitos envolvidos aproximam-se das experiências vividas no campo coletivo, podendo representar um sentimento/memória comum.

A pesquisa documental foi conduzida considerando as proposições de Ginzburg (1989) e Levi (1992) que defendem que a história é feita de vestígios e detalhes, e se baseia no paradigma indiciário, ou seja, na observação do real através dos vestígios/indícios/pistas revelados acerca dos fenômenos da realidade.

A utilização da memória pela história tem sua validade exatamente nesse ponto: como um vestígio que pode se constituir como ferramenta importante para a reconstrução de um passado.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [professorjulianoguerra@gmail.com](mailto:professorjulianoguerra@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [gabrielamar.sousa@gmail.com](mailto:gabrielamar.sousa@gmail.com).

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada em janeiro de 2018. Foram identificadas 90 dissertações de Mestrado e 34 Teses de Doutorado.

A reconstrução de determinado fato do passado leva o indivíduo a reviver sentimentos e/ou sensações, e evoca uma memória permeada de lembranças versus esquecimentos, como aponta Nora (1993). A perspectiva de que a memória se constitui como ferramenta para a história dá espaço para o que Nora (1993) aponta como o fim da história-memória que irá resultar em uma aceleração da história e no término da memória, levando à busca de lugares de memórias para a preservação daquilo que precisa ser rememorado. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). O livro, portanto, assim como os museus, arquivos, cemitérios e coleções são testemunhos históricos, assumem o papel de guardador de memórias, transformando-se em “tesouro de sótão, ou documento para os historiadores” (NORA, 1993, p. 23).

### **Lobato, em livros**

O livro tem se tornado nas últimas décadas um objeto histórico e fonte de pesquisa para os historiadores, embora, por muitos anos esteve negligenciado as pesquisas científicas<sup>4</sup>. Assim sendo, Choppin (2004) advoga que o livro não é o único instrumento para a educação de crianças e jovens, apesar de que sua permanência na sala de aula, e a história das suas edições constituem-se elementos fundamentais para compreender o fazer e o contexto regulador da prática pedagógica.

Nas balizas de uma história do livro dirigido para a criança, no Brasil, estão as produções literárias de Monteiro Lobato. “Foi Monteiro Lobato que, entre nós, abriu caminhos para que as inovações que começavam a se processar no âmbito da literatura adulta (com o Modernismo) atingisse também a infantil” (COELHO, 2000, p. 138).

Destarte, contrariando uma tradição livresca, que desde o começo do século XIX, produzia obras infanto-juvenis com adaptações e ou traduções de contos estrangeiros, Lobato lança uma narrativa autoral, introduzindo também uma visão empresarial ao mercado editorial. Para Zilberman (2014, p. 230) “a trajetória de Monteiro Lobato parece fazer dele um homem-orquestra. Contudo, ele não estava só, embora pudesse sintetizar o que ocorria no período”. A própria autora aponta que dentro de uma proposta da modernidade da literatura para crianças, a obra *Saudade*, de Thales de Andrade é predecessora a de Monteiro Lobato. Ferreira (2017) assinala o livro de Köpke, *Versos para os pequeninos*, como uma outra obra que também antecede a literatura infantil lobatiana, o que também ratifica que Lobato moderniza, mas não foi o criador da literatura infantil brasileira.

No entanto, devido a fundação da editora, a que Lobato deu o nome de Monteiro Lobato & Cia., em 1920, suas obras circulam com maior rapidez por todo o Brasil, tornando-o conhecido na época e marcando várias gerações de crianças e adultos através de suas histórias. Além disso, alguns livros de Lobato tiveram uma tiragem expressiva, pelo fato de terem sido adotados por diferentes redes de ensino no Brasil. O caso do estado de São Paulo, como aponta Zilberman (2014), é um exemplo. Sobre o estado de Goiás não encontramos até então nenhuma menção de que as obras de Lobato foram adotadas oficialmente na rede pública de ensino. Os estudos também revelam que o estado sempre colocou entraves, justificados pelas diferentes dificuldades de ordem financeira, para adquirir livros para as escolas goianas (BARRA, 2011).

Em Itumbiara, lócus dessa pesquisa, constatamos por meio da consulta aos arquivos do Conselho Municipal da Educação da cidade, que as escolas municipais itumbiarense, a partir

---

<sup>4</sup> Sobre isso, ver Choppin (2002, 2004).

de 1980 começaram a solicitar os livros de Monteiro Lobato. Os relatórios e listas de material escolar dos anos 80 e 90, do século XX, corroboraram para afirmar que as obras de Monteiro Lobato durante vários anos foram leitura exigida nas primeiras séries do ensino de 1º grau (como denominava a Lei nº 5.692/1971) e, posteriormente, do ensino fundamental (como denomina, ainda hoje, a Lei nº 9394/1996). Nas listas de material escolar eram assinalados os objetos que os pais comprariam para os filhos frequentarem a escola, e nessas listas, há a denominação de livros de literatura infantil, destinados aos projetos de leitura. Apresentamos, a seguir, os principais títulos das obras solicitadas:

| Título                        |
|-------------------------------|
| A chave do tamanho            |
| Aritmética da Emília          |
| Caçadas de Pedrinho           |
| Dom Quixote das crianças      |
| Emília no país da gramática   |
| Fábulas de Narizinho          |
| Novas reinações de Narizinho  |
| O Pica-pau Amarelo            |
| O Saci                        |
| Os doze trabalhos de Hércules |
| Peter Pan                     |
| Reinações de Narizinho        |

Quadro 1 – Livros de Monteiro Lobato solicitados nas listas de materiais das escolas municipais de Itumbiara/GO, entre 1980 a 1999 – Fonte: Elaborado pelos autores com base nos arquivos do Conselho Municipal da Educação de Itumbiara/GO.

Dentre os livros solicitados, a obra *O Pica-pau Amarelo* e *Emília no país da gramática* eram as duas mais solicitadas. Ao percebermos marcadamente a presença de Monteiro Lobato nas listagens, passamos a investigar como essa literatura foi apropriada na prática em sala de aula pelos professores.

### **Lobato, na prática**

No contexto desse trabalho, assumimos os pressupostos teóricos da memória coletiva de Halbwachs (1990)<sup>5</sup> e das contribuições da memória social de Ricoeur (2007) para conduzir a análise das memórias dos entrevistados.

<sup>5</sup> Embora exista o vínculo de Halbwachs com a sociologia de Durkheim, que denota uma estreita relação do autor com os ditames positivistas, consideramos que o conceito de memória coletiva de Halbwachs foi um divisor de águas para os estudos da história e memória.

As memórias que analisamos estão subscritas através do discurso oral provocado pela realização de entrevistas com 10 professores itumbiarense<sup>6</sup>, que ratificaram a hegemonia, entre os anos 80 e 90 da literatura infantil lobatiana em Itumbiara:

Em meados de 1985, minha turma na escola começou a ler “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato. Por muitos anos adotei esse livro. (Professora 1).

Entre 80 e 98, quando me aposentei, lembro que na escola líamos, quase sempre, apenas obras do Monteiro Lobato para os alunos. Na biblioteca tinha uma coleção de uma editora com toda a obra do Lobato. Era o que tínhamos de mais novo e melhor para ler aos alunos. (Professora 3).

Talvez tenha sido por falta de opção, mas sem perder de vista a qualidade de sua obra, durante muito tempo, nossos alunos só liam coisas do Lobato. (Professora 4).

Eu adotei “Emília no país da gramática”, do Lobato, até 1995 como leitura obrigatória na 1ª série da escola que eu ministrava aulas. (Professora 7)

As professoras destacaram que as obras de Monteiro Lobato foram por muito tempo solicitadas para subsidiar as práticas nas séries iniciais. Considerando, ainda, segundo a perspectiva de Chartier que

uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes (CHARTIER, 2003, p. 173).

Ou seja, os livros foram usados a partir das diferentes formas das professoras se apropriarem desses impressos, demonstrando que para além de práticas literárias de leitura das obras, houve o direcionamento de utilizar as narrativas de Lobato para alfabetizar as crianças:

Como não tínhamos muitos livros de leitura, usávamos as obras literárias para ajudar na alfabetização. Estava no auge do construtivismo e não podíamos usar a cartilha. Usamos por bastante tempo as obras do Lobato para alfabetizar. (Professora 5).

Trabalhávamos muito com o Monteiro Lobato, porque suas histórias tinham um fundo moral. Os livros dele eram usados para alfabetizar as crianças na 1ª série. (Professora 10).

Tivemos que inserir, ainda mais, os livros literários nas aulas, sobretudo, depois do CBA. Não podíamos usar as cartilhas e faltavam livros. Daí fizemos vários projetos com as obras do Lobato. O objetivo era alfabetizar as crianças com esses textos. (Professor 6).

Como visto, as obras de Lobato são incorporadas para o ensino inicial de leitura e escrita nas escolas itumbiarense no período pesquisado. Na década de 1980 começou no Brasil a divulgação das teorias de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, especialmente publicadas por meio

---

<sup>6</sup> No intuito de preservar a identidade dos entrevistados, os mesmos serão referenciados através de numerais, de 1 a 10.

da obra *Psicogênese da língua escrita* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), e do construtivismo, que indicavam uma crítica aos métodos, ao lado de proposta de desmetodização da alfabetização (MORTATTI, 2000). Em Goiás, em 1987, seguindo as experiências de oito estados brasileiros que haviam adotado a organização curricular por um sistema de ciclo, foi instituído, pelo Decreto nº 2.842 de 09 de outubro de 1987 (GOIÁS, 1987), o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), para ser implantado a partir de 1988 nas escolas estaduais que mantinham as séries iniciais do ensino de 1º grau.

As falas das professoras demonstram que o construtivismo nas escolas goianas foi apropriado nas práticas alfabetizadoras, a partir da crítica ao uso de cartilhas e dos métodos de alfabetização. Em contrapartida, outros livros foram inseridos para apoiar o processo de alfabetização; as memórias das entrevistadas, portanto, demonstram que as maneiras de utilizar uma obra literária varia de acordo com a proposta do professor. Assim sendo, não há um padrão de uso, cada docente utiliza de táticas<sup>7</sup> para delineamento de sua prática pedagógica, já que independente do que está prescrito, no dia a dia da sala de aula, o professor cria e recria o seu *modus operandi* para ensinar leitura e escrita.

Por fim, destacamos que as falas das professoras também revelaram que além dos conteúdos curriculares, as obras de Monteiro Lobato também propagavam na sala de aula o ideário moralizante e higienista. Esse discurso e o modo de uso do livro foi incorporado nas práticas educativas aliando a literatura a um aspecto didatizante, que ao mesmo tempo era permeado por tentativas de inculcar convenções socialmente e culturalmente estabelecidas na formação de um aluno ideal para a sociedade. Tal como Perrotti (1986) avalia a literatura infantil por muitos anos, transformou o didatismo em uma categoria que norteava a produção de livros para infância.

### Considerações finais

No decorrer do trabalho assinalamos as primeiras pistas para a constituição de uma história da alfabetização de crianças em Itumbiara/GO, a partir dos usos com os livros de Monteiro Lobato. Esse estudo impulsiona outros e abre um espaço para refletirmos acerca do ensino de leitura e escrita no âmbito escolar no território goiano.

Com aponta Chartier, “contar títulos e edições, no entanto, não basta: é preciso também detectar os gestos que eles recomendam ou estigmatizam” (CHARTIER, 2003, p. 172). Nessa perspectiva, além de inventariar os livros de Monteiro Lobato solicitados pelas as escolas municipais itumbiarense, também, analisamos as práticas de ensino e os ideários circundantes entre as décadas de 80 e 90 do século passado, através das memórias de professores alfabetizadores.

Vale salientar que entre os anos de 1977-1986 estava em cena a série infantil *Sítio do Picapau Amarelo*, transmitida pela *Rede Globo* de televisão<sup>8</sup>, que popularizou ainda mais a obra de Monteiro Lobato em todo território nacional, o que hipoteticamente poderia ter induzido os professores a adotarem os livros do autor, no intuito de atrair o leitor infante-juvenil. Sobre isso, a fala de uma das professoras arrebatou tal conclusão: “Na TV passava o Sítio do Picapau Amarelo e a meninada adorava. Por isso, Pedrinho, Emília e Narizinho não podiam ficar fora dos livros adotados na escola. Monteiro Lobato se tornava leitura obrigatória para entusiasmar a garotada para leitura” (Professora 2).

Desse modo, os livros suscitam usos em contextos diferentes, por conseguinte, ao pesquisá-los é importante conectá-los ao espaço e tempo do seu consumo. A hegemonia da obra

<sup>7</sup> Expressão empregada a partir da conceituação de Certeau (1990).

<sup>8</sup> Sobre isso, ver Silva (2002).

de Monteiro Lobato na alfabetização em uma cidade no sul goiano, mostra-nos um diálogo com os acontecimentos nacionais da época pesquisada.

### Referências

ABREU, S. E. A. *A instrução primária na província de Goiás no século XIX*. 2006. 340 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). *Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHARTIER, R. *Leituras e leitoras na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ep/article/download/27957/29729>>. Acesso em: 15 de mar. de 2017.

\_\_\_\_\_. O historiador e o livro escolar. *Revista da História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5- 24, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596>>. Acesso em: 01 de mar. de 2017.

COELHO, N. N. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

FERREIRA, N. S. d. A. *Um estudo sobre os versos para os pequeninos, de João Köpke*. Campinas: FAPESP/Mercado de Letras, 2017.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FRADE, I. C. A. S. O campo da história da alfabetização e sua relação com as fontes. In: SANTOS, S. M.; ROCHA, J. G. (Org.). *História da Alfabetização e suas fontes*. Uberlândia: EDUFU, 2018.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOIÁS. *Decreto nº 2.842, de 09 de outubro de 1987*. Institui o Ciclo Básico de Alfabetização nas Escolas Estaduais que mantêm as séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Disponível em: <[http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1987/decreto\\_2842.htm](http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1987/decreto_2842.htm)>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LEVI, G. Sobre a Micro-História. In: BURKER, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.

MORTATTI, M. R. L. (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos da Alfabetização*. São Paulo, 1876 – 1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NORA, P. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

OLIVEIRA, V. F.. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. *História oral*, Recife, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005, p. 92-106.

PERROTTI, E. *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Ícone, 1986.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA, V. M. T. Da imaginação à imagem – o sítio de Lobato na TV. In: TURCHI, M. Z.; SILVA, V. M. T. *Literatura infanto-juvenil: leituras críticas*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

ZILBERMAN, R. Leituras brasileiras para crianças e jovens: entre o leitor, a escola e o mercado. *Gragoatá*, Niterói, n. 37, p. 221-238, 2014.